

Em defesa da carreira, diga NÃO à “promoção por mérito”

Nossa unidade é fundamental. Vamos rechaçar toda forma de divisionismo. Reajuste salarial para todos!

O ano de 2009 foi marcado pela resistência dos professores frente aos constantes ataques por parte do governo estadual. Durante todo o período, a categoria atendeu aos chamados da APEOESP para a mobilização e a organização de ações em defesa dos direitos.

Em novembro, a grande participação dos professores na IV Conferência Estadual de Educação “Jane Beauchamp”, realizada na cidade de Serra Negra (veja matérias no Encarte Especial), com aprovação do Plano de Lutas, e nas assembleias na Praça da República demonstraram a indignação diante da ofensiva do governo.

Ao mesmo tempo, demonstrou também que a categoria está disposta a lutar incansavelmente em defesa da carreira e da dignidade profissional e não aceitar as políticas de fragmentação e desvalorização do Magistério.

PLC 29, um forte ataque à carreira

O governo tem imposto medidas inaceitáveis à categoria, entre as quais se destacam os projetos de lei complementar 19/09 e 29/09, que se tornaram, respectivamente, as leis 1093/09 e 1097/09. Ambas submetem os professores a avaliações, através de provas. A lei 1097 obriga os professores a passar por avaliações periódicas para tentar assegurar reajuste salarial. E o mais grave: o reajuste será para “até” 20% de cada faixa. Ou seja, 80% da categoria não terá qualquer alteração salarial. Em 22 de dezembro, o governo publicou Decreto 55217 regulamentando estes ataques.

A “promoção por mérito”, nas condições impostas pelo governo, arrebenta com a carreira, na medida em que se sobrepõe às distorções e injustiças existentes, sem corrigi-las. O salário base continua em baixíssimos patamares, permanecem as gratificações sem incorporação ao salário e os

aposentados continuam discriminados. Além disso, a nova lei fere a isonomia salarial e cria um clima de competição entre os professores, que não contribui para a qualidade do ensino.

Não se inscreva para a avaliação

A APEOESP sempre foi mui-

to responsável nas orientações que transmite à categoria e sabe que participar ou não de avaliações é decisão de foro íntimo. Por todas as razões expostas, orientamos os professores a não participar da “promoção por mérito” imposta pelo governo Serra. E conclama: professor,

não se inscreva para esta avaliação!

Esta decisão foi tomada pelos delegados da IV Conferência da APEOESP e referendada em assembleia geral, como parte da luta pela dignidade da profissão e em defesa da qualidade do ensino nas escolas públicas.

A APEOESP criará espaço em seu site (www.apoesp.org.br) para que os professores se manifestem contra esta “promoção” e convocará uma grande manifestação, no dia da prova.

A campanha e mobilização prosseguem por reajuste salarial para todos (27,5% de reposição das perdas históricas mais 6% de reposição da inflação recente); incorporação da GAM e GG, com extensão aos aposentados; concurso público classificatório; aplicação imediata da jornada da lei do piso; fim da promoção por mérito; e outros pontos da pauta. E se as reivindicações não forem atendidas, o ano letivo de 2010 não começa! Professor: fique de olho – em março, podemos iniciar a greve!

E . N . T . R . E . V . I . S . T . A . S

Em entrevista, a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, fala dos desafios para o início do próximo ano. Já o deputado Roberto Felício aponta o agravamento das distorções na carreira com a Lei 1097.



Como a senhora avalia o momento atual da luta dos professores?

R – O governo José Serra, com seus traços autoritários e sua política desagregadora, aprofundou de tal forma os ataques contra os professores, que provocou na nossa categoria um sentimento de indignação e de defesa do magistério e da escola pública.

O professor quer ser respeitado e valorizado, mas o governo responde a este anseio com medidas como o PLC 29, que priva pelo menos 80% da categoria de reajuste salarial. Uma verdadeira provocação.

A Conferência aprovou o não início do ano letivo, se as reivindicações não forem atendidas. Como será a organização desta luta?

R – Nossa Diretoria, reunida às vésperas do Natal, decidiu encaminhar à categoria a discussão sobre a greve. Estamos indicando o mês de março para início da paralisação, o que será aprovado em assembleia. No início do ano, nosso Conselho de Representantes avaliará o melhor calendário e ações. Acredito que a categoria responderá



O senhor apresentou um projeto substitutivo ao PLC 29, do governo Serra. Qual eram as principais diferenças?

R – O projeto do governo, embora a mídia o tenha chamado de “novo plano de carreira”, representou, na verdade, uma alteração pontual que não corrige – ao contrário, agrava – os problemas e distorções do atual plano.

O governo criou cinco novas faixas salariais, mas manteve o salário base em patamar baixíssimo. Além disso, limitou a “promoção” a, no máximo, 20% da categoria, através de uma avaliação. Também não contemplou os aposentados. Nosso substitutivo propunha a ampliação para 12 faixas, tendo como critério para evolução o tempo de serviço.

Como foi a tramitação do projeto do governo?

R – Como sempre, o governo impôs o regime de urgência, o que prejudica muito o debate entre os deputados e com a sociedade.

massivamente ao chamado para que não iniciemos o ano letivo se não houver negociação e atendimento de nossas reivindicações.

Sabemos que é decisão do professor participar ou não da avaliação da “promoção por mérito”. Entretanto, estamos incentivando os professores a não participarem desta avaliação imposta pela Secretaria porque acreditamos que está em jogo muito mais que interesses individuais. O que está em questão é uma concepção de escola.

Há coerência nas políticas aplicadas pelo governo estadual na educação?

R – Sim. As medidas impostas pelo governo Serra, embora fragmentadas, guardam coerência entre si. Elas são resultado de uma concepção de educação que privilegia resultados quantitativos, como se fossem os produtos fabricados por uma indústria. Esta concepção leva o governo a tentar implementar critérios empresariais à escola pública. Mas a escola não produz coisas; ela forma cidadãos.

Nós, professores, cumprimos um papel social da maior relevância. Nosso ofício é ensinar e nosso instrumento é a educação. Valorizar o professor é, efetivamente, melhorar o ensino, fator fundamental para o desenvolvimento nacional.

de. Utilizou também o recurso regimental do relator especial, negando quorum às comissões permanentes da Casa de forma a que vencesse o prazo para o pronunciamento de cada uma delas. Mas não foi uma aprovação tranqüila. Na sessão do dia 20/10, que aprovou o projeto, houve manifestações de desacordo da própria base do governo, o presidente da Casa foi obrigado a votar em determinado momento e o governo conseguiu o número exato de votos de que precisava

E quanto aos aposentados?

R – Este é um segmento crescente na nossa categoria e que, no entanto, tem sido relegado e injustiçado por sucessivos governos estaduais. No caso do PLC 29, não há nenhum dispositivo que os beneficie. Em nosso substitutivo, criamos um mecanismo pelo qual, através de uma comissão paritária, seria assegurada a revisão dos rendimentos dos aposentados e, a partir daí, a instituição de uma política que mantenha o seu poder de compra. Vamos continuar trabalhando neste idêia.